



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI Nº 689/2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, a conceder transferência de recursos financeiros à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Arroio Tateto/Grapia, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, conceder a transferência de recursos financeiros à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Arroio Tateto/Grapia, localizada na Linha Adolfo Zigueli, neste Município, com CNPJ nº 07.027.384/0001-85, sem fins lucrativos, fundada em 23/07/2004, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 610, de 23/11/2007, objetivando subsidiar a compra coletiva de sementes de pastagem e cobertura verde para a distribuição gratuita a título de incentivo a todos os agricultores que perderam sua safra em decorrência de forte estiagem que assolou nosso Município, de acordo com os critérios, prazos e condições previstas nesta Lei.

Art. 2º Os recursos serão repassados em uma única parcela em Banco Oficial, em conta corrente indicada pela Entidade, no valor correspondente a R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º Fica a Entidade obrigada a apresentar Prestação de Contas da Aplicação dos Recursos Recebidos, obedecendo ao prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento dos recursos, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. Em caso da não apresentação da Prestação de Contas da Aplicação dos Recursos Recebidos no prazo estabelecido, fica a Entidade sujeita a tomada de contas, na forma da Lei, para averiguação dos fatos.

Parágrafo Segundo. A Prestação de Contas da Aplicação dos Recursos Recebidos deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) o ofício de encaminhando;
- b) o balancete de prestação de contas, na modalidade da Resolução TC-28, do TCE/SC;
- c) o extrato de conta corrente bancária evidenciando desde o recebimento dos recursos até sua total aplicação;
- d) a fotocópia dos documentos comprovantes das despesas, rigorosamente legíveis, sem rasuras ou entrelinhas;
- e) a guia de recolhimento do saldo não aplicado, caso houver; e,
- f) a declaração dos responsáveis atestando a aplicação dos recursos.

Parágrafo Terceiro. Os saldos dos recursos recebidos e não aplicados no prazo previsto nesta Lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos ao Erário.

Art. 4º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro, ambos da Entidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários, a seguir:

07 Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio
01 Departamento de Agricultura
20.122.0023.2.029 Adm e Desenv dos Bens e Serviços da Agricultura
3.3.50.41.00.00.00.00.0102 Contribuições

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 27 de março de 2009.

CELSO BI EGELMEIER
Prefeito Municipal